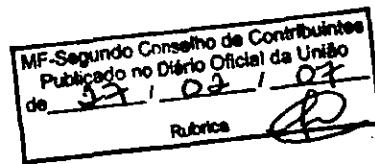




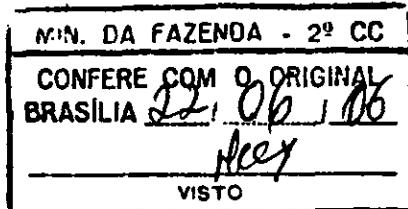
Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10940.001290/2002-12
Recurso nº : 133.173
Acórdão nº : 204-01.206



2º CC-MF
Fl.

Recorrente : CERVEJARIAS KAISER BRASIL LTDA.
Recorrida : DRJ em Santa Maria - RS



NORMAS PROCESSUAIS. MATERIA ESTRANHA AOS AUTOS. PRECLUSÃO. Não se pode conhecer de recurso que verse sobre matéria completamente alheia à discutida na decisão vergastada.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CERVEJARIAS KAISER BRASIL LTDA.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos**, em não conhecer do recurso, em razão da preclusão.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 2006.

Henrique Pinheiro Torres
Presidente e Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Flávio de Sá Munhoz, Nayra Bastos Manatta, Rodrigo Bernardes de Carvalho, Júlio César Alves Ramos e Leonardo Manzan.

Ausente a Conselheira Adriene Maria de Miranda.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10940.001290/2002-12
Recurso nº : 133.173
Acórdão nº : 204-01.206

1.º V. DA FAZENDA - 2º CC	
CONFERE COM O ORIGINAL	
BRASÍLIA 22/06/2006	
Nely	
VISTO	

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : CERVEJARIAS KAISER BRASIL LTDA.

RELATÓRIO

Por bem relatar os fatos em tela, adoto e transcrevo o Relatório da Delegacia da Receita Federal de Julgamento:

O estabelecimento acima identificado requereu compensação de débito de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, referente ao período 01/11/2001 - 20/11/2001, no valor de 170.863,485 com crédito cujo ressarcimento havia sido objeto do processo nº 10940.001937/2001-35, nos moldes previstos pelo art 8º da Instrução Normativa SRF nº 21, de 10 de março de 1997.

1.1 O Delegado da Receita Federal de jurisdição indeferiu o(s) pedido(s) por falta de previsão legal para atendê-lo, conforme despacho decisório de fls. 16/17, tendo em vista que:

a) o referido dispositivo legal prevê como possibilidades de aproveitamento de créditos apenas a sua utilização, em compensação na escrita fiscal, ou, na impossibilidade de fazê-lo, por inexistência de débitos, seu ressarcimento em espécie, mediante pedido de ressarcimento;

b) a transferência de crédito de Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI procedida de outro filial da mesma pessoa jurídica para a filial requerente foi indevida.

2.1. Regularmente intimado da decisão (A.R. na fl. 18), o interessado, representado por seu procurador, devidamente habilitado nos autos (instrumento de mandato nas fls. 24/28), protocolou o arrazoado das folhas 19/24, onde alega, em síntese, que não é defeso ressarcimento, na forma de compensação, dos créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de determinados estabelecimentos com débitos de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, pertencentes a outros estabelecimentos da mesma pessoa jurídica, citando ementa da Solução de Consulta nº 42/2001, da 9a RF. Lembra que, mesmo não tendo sido o formulador da consulta, não pode haver decisões distintas sobre a mesma matéria.

2.2. Conclui, pedindo o acolhimento de seu pedido de compensação.

Acordaram os membros da 1ª Turma da DRJ, por unanimidade de votos, negar provimento ao pedido da interessada. A deliberação adotada recebeu a seguinte ementa:

Manifestação de Inconformidade contra indeferimento de pedido de compensação.

Período de Apuração: 01/11/2001 - 20/11/2001

PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS.

Correto o despacho decisório que indeferiu pedido de compensação de débitos com créditos transferidos de outro estabelecimento da mesma pessoa jurídica, quando esses créditos não estiverem revestidos dos atributos de liquidez e certeza reclamados pela legislação que rege o instituto da compensação.

Solicitação Indeferida

Não conformada com a decisão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento, a contribuinte recorreu a este Conselho.

É o relatório.

Y



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10940.001290/2002-12
Recurso nº : 133.173
Acórdão nº : 204-01.206

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
ERASILIA 22/06/06
<i>HeCT</i>
VISTO

2º CC-MF
Fl.

**VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR
HENRIQUE PINHEIRO TORRES**

O recurso é tempestivo, mas não merecer ser conhecido por tratar de matéria alheia à abordada na decisão recorrida.

Segundo o relatado, o indeferimento da pretensão do sujeito passivo decorreu do fato de o pedido de compensação de débitos com créditos transferidos de outro estabelecimento da mesma pessoa jurídica, referir-se a créditos não revestidos dos atributos de liquidez e certeza reclamados pela legislação que rege instituto da compensação. Todavia, a defesa passa ao largo dessa questão e sequer a menciona na peça recursal, despende todos os seus esforços para provar que as aquisições de matérias-primas tributadas à alíquota zero geram crédito de IPI para o adquirente, por força do princípio da não cumulatividade do IPI.

Na realidade, a reclamante equivocou-se e repetiu neste processo a defesa apresentada em outros três, cuja decisão recorrida havia indeferido o seu pleito por outro fundamento, inclusive, no preâmbulo de sua peça recursal, transcreve a ementa de acórdão proferido em julgamento diverso do aqui tratado.

Diante disso, por versar sobre matéria alheia à tratada na decisão vergastada, o apelo do sujeito passivo não pode ser conhecido.

Com essas considerações, deixo de reconhecer o recurso voluntário apresentado pelo sujeito passivo.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 2006.

Henrique Pinheiro Torres
HENRIQUE PINHEIRO TORRES